

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

Contrato de Prestação de Serviços nº 003/2012 - STC, nos
termos do Padrão nº 04/2002.

Processo nº 480.000.712/2011

Cláusula Primeira – Das Partes

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal – STC, com sede no Ed. Anexo do Buriti, 12º, Praça do Buriti – Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, doravante denominada Contratante, representada neste ato por Carlos Higino Ribeiro de Alencar, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 90002043543 – SSP/CE, inscrito no CPF sob nº 171.399.578-60 na qualidade de Secretário de Estado, com delegação de competência prevista nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal e a empresa Luís Fernando da Silva Vieira – ME, doravante denominada Contratada, com sede no SIG, Quadra 04, Lote 625-Parte – CEP 70.610-640, inscrito no CNPJ sob o nº 02.047.027/0001-65, representada por Luís Fernando da Silva Vieira, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 1.268.110 SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 585.356.321-15, na qualidade de Representante Legal.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 056/2012-PREGÃO/SEPLAG, fls.78/94, da Proposta de fls.132/133 e da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

Cláusula Terceira – Do Objeto

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços gráficos, sob demanda, para confecção de materiais a serem utilizados pelas unidades da Secretaria de Estado de Transparência e Controle – STC, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico nº 056/2012-PREGÃO/SEPLAG, fls.101/116 e a Proposta de fls.132/133, que passam a integrar o presente Termo, sem necessidade de transcrição.

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1 – O valor total do Contrato é de R\$ 47.530,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e trinta reais) devendo a importância ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente.

5.2 – Os Contratos celebrados com prazo de vigência superior a doze meses, terão seus valores, anualmente, reajustados por índice adotado em lei, ou na falta de previsão específica, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- I – Unidade Orçamentária: 45101
- II – Programa de Trabalho: 04122600385178681
- III – Natureza da Despesa: 339039
- IV – Fonte de Recursos: 100



6.2 – O empenho inicial é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) conforme Nota de Empenho nº 2012NE00073, emitida em 27.2.2012, sob o evento nº 400091, na modalidade Estimativo.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, em parcela(s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, permitida a prorrogação na forma da lei vigente.

Cláusula Nona – Das garantias

A garantia para a execução do Contrato será prestada conforme item 10.5 do Edital de Pregão Eletrônico nº 056/2012-PREGÃO/SEPLAG e será de 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.

Cláusula Décima – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratante

10.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.5. Pagar à Contratada mensalmente o valor resultante da prestação do serviço realizado por preço unitário;

10.6. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.7. Dar o aceite dos serviços de acordo com os padrões estabelecidos, formalizando o aceite mediante assinatura pelas partes nos Termos de Recebimento, após inspeção realizada pela Fiscalização;

10.8 - O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 – A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I – até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2 – Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço;

11.3 – A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes;



11.4 – A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 - Executar os serviços conforme especificado no Contrato, no Edital e seus Anexos, especialmente no Termo de Referência, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

11.6 - Fornecer os materiais necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;

11.7 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.8 - Devolver à Contratante, o arquivo magnético original do material, ou original entregue para cópia, após a realização do serviço;

11.9 - Será de responsabilidade da Contratada se apresentar na sede da Contratante, no prazo de 48h a contar da data de recebimento da ordem de serviço, para recebimento do arquivo magnético com os originais do material a ser confeccionado, devendo o referido arquivo ser devolvido no prazo de 120 horas;

11.10 - Devolver os originais seja em meio magnético ou físico, no padrão em que foram entregues;

11.11 - Responsabilizar-se pelos serviços executados que não estejam em conformidade com o original, nos aspectos acabamento, formatação e qualidade de impressão. Os serviços realizados fora do padrão estabelecido serão refeitos sem ônus para a Contratante;

11.12 - O prazo para entrega do material confeccionado é de 10 (dez) dias úteis a contar da data da ordem de serviço entregue à Contratada;

11.13 - Entregar os serviços totalmente prontos e em condições de distribuição imediata;

11.14 - Arcar com as despesas dos serviços, tonner, papel, espiral e capa plástica, assim como a mão-de-obra da reprografia, perfuração encaixe ao espiral, corte de cartões, dobra de folder, até que todo o serviço seja finalizado e fiscalizado pela STC;

11.15 - A entrega do material na STC será de responsabilidade da Contratada, que deverá observar, com antecedência de 24h, as datas e horários previstos para entrega do material;

11.16 - Manter sigilo acerca das informações constantes no material entregue para confecção.

Cláusula Décima Segunda – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada às sanções previstas no Edital, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

Cláusula Décima Terceira – Da Dissolução

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Quarta – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.





Cláusula Décima Quinta – Dos Débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Sexta – Do Executor

O Distrito Federal, por meio da Contratante, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

Cláusula Décima Sétima - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro pela Secretaria de Estado de Transparência e Controle Distrito Federal.

Cláusula Décima Oitava – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Brasília, 15 de março de 2012.

Carlos Higino Ribeiro de Alencar
Secretário de Estado de Transparência e Controle

Luís Fernando da Silva Vieira
Representante Legal

